

## O MERCADO EDITORIAL INDÍGENA BRASILEIRO: UM ATO DE CRIATIVIDADE E RESISTÊNCIA

Juliene Cristian Silva Pinto (Pós-Crítica\UNEB)<sup>30</sup>

*Nós não publicamos livros para vender. Nossa preocupação é ajudar a sociedade brasileira a pensar melhor sobre as questões indígenas e fazê-la conhecer as suas populações. Por isso também que os autores têm preferência pela literatura infanto-juvenil, pois o melhor lugar para essa mudança de mentalidade é a escola. É ali que a gente consegue transformar o olhar.*  
Daniel Munduruku<sup>31</sup>

*Resumo:* A década de 90 conheceu expressivo crescimento da produção editorial indígena, que aposta, não apenas, no registro das línguas nativas e tradições orais, como também em tornar os índios conhecidos à comunidade em geral, ao Estado brasileiro, e até mesmo à crítica especializada. Tomando essa questão como eixo de análise, nosso estudo busca (re) pensar o mercado editorial indígena e suas interfaces com o processo de iniciação na cadeia produtiva, a partir das demandas de investimento nas produções e na gestão de editoras próprias. A metodologia envolve uma busca de fontes editoriais sobre a produção de temática indígena, de autoria não-indígena e dos próprios índios, sobretudo, escritos e procedimentos dos escritores Daniel Munduruku e Olívio Jekupé, cujo ativismo e sucesso editorial fazem avançar a representação e enunciação coletiva do ameríndio, sendo exemplos claros de referência. Além disso, incluímos uma avaliação dos impactos de políticas públicas que estimulam esse nicho mercadológico, a saber, a Lei 11.645 – promulgada em 2008 – e o Projeto Nacional Biblioteca da Escola Indígena (PNBE) – criado em 2015 –, concernente à corrida dos escritores em atendê-los e à recepção do professor de Língua Portuguesa. Espera-se com essa pesquisa realçar o discurso contra-hegemônico, ao evidenciar formas de ação dos escritores indígenas para fazer circular as singularidades de seu povo, no âmbito educacional e nas mídias sociais, bem como contribuir com o levantamento de fontes e procedimentos editoriais acerca das produções indígenas para o Laboratório de Edição Fábrica de Letras no Programa de Crítica Cultural. Prepara-se, assim, a constituição de um mapa sobre processos de produção e criatividade indígenas capazes de pautar a cidadania cultural do Brasil e interpelar seus modos de reparação simbólica.

*Palavras-chave:* Escritor indígena. Políticas públicas. Mercado editorial. Manuais didáticos.

### INTRODUÇÃO

Pensar a literatura brasileira na contemporaneidade requer direcionar o olhar para uma ascensão da produção editorial de autoria indígena, que ganhou escopo consistente a partir da publicação do primeiro livro, em 1980, *Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kêhripõrã*, de Umusi Pãrökumu e Tõrãmü Kehíri (Firmino Arantes Lana/Luiz Gomes Lana). A obra reúne um conjunto dos mitos mais relevantes do povo Desana a respeito da criação do mundo, na versão desses dois narradores, que pertencem ao grupo de descendência. Lançado em versão bilíngue (português e desâna) pela Livraria Cultura Editora (São Paulo), contou com uma tiragem de cinco mil exemplares, hoje, esgotada.

<sup>30</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Dedicou-se à pesquisa sobre a literatura de autoria indígena brasileira em suas formas atuais, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESB). Orientador: Dr. Osmar Moreira dos Santos. Endereço eletrônico: juuchristian@hotmail.com.

<sup>31</sup> Entrevista concedida à Bruno Molinero, publicada na *Folha de S. Paulo*, em 2017.

A década de 1990 se constitui como peça-chave na onda de crescimento da produção editorial indígena, levando em consideração a abertura para o debate intercultural oriundo da Constituição Federal brasileira, de 1988, com seus artigos 231 e 232 que garantem aos povos indígenas do país o direito de cultivar seu modo de vida. Nessa vertente, legitima-os enquanto sujeitos de direito e “patrimônio imaterial da nação”, inscritos em *Dos índios*, um capítulo próprio. Ressalta-se que este foi um dos ganhos da luta política articulada pelo Movimento Indígena a partir de 1970.

No contexto de saldo altamente positivo, o escritor indígena Daniel Munduruku, batizado Daniel Monteiro Costa, nascido no Belém do Pará, em 1964, se revela um influente agente dessa cadeia produtiva, com ampliação nos títulos contabilizados em torno de 50 publicações. É também filósofo, professor de História, psicólogo, mestre em Antropologia Social (USP), doutor em Educação (USP) e pós-doutor em Literatura pela Universidade de São Carlos.

Considerando a literatura indígena como um maracá, onde habita vozes de escritores que buscam tratar o Brasil (Blog Página Cinco), bem como mantenedora da memória ancestral ou um tipo de literatura, que contribui para desentortar o país, no tocante ao forte apego aos estereótipos sobre o índio (CERNICCHIARO, 2017), sua escrita aposta no contradiscurso, que encanta e revoluciona o modo como crianças e adolescentes imaginam nossos povos indígenas.

Inclui-se como um dos efeitos de sua militância, engendrada por via da literatura, uma coleção de prêmios nacionais e internacionais. Citamos o Prêmio Érico Vannunci Mendes (2003) por *Histórias de índio; O Segredo da Chuva* (2003) – Prêmio Ofélia Fontes, o melhor para crianças pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ); o Prêmio Jabuti (2004) pelo livro *Coisas de índio*, este último e *As serpentes que roubaram a noite e outros mitos* foram premiados com a Menção de livro Altamente Recomendável (FNLIJ); *Você se lembra, pai?* conceituado como melhor para crianças e melhor ilustração pela FNLIJ, em 2004.

Recebeu menção honrosa pelo Prêmio Literatura para Crianças e Jovens na Questão da Tolerância, da UNESCO, com *Meu Vô Apolinário: mergulho no rio da (minha) memória*, e a Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República na categoria Comendador (2006) e como Grão-Cruz (2013); *Wahtirã: a lagoa dos mortos* recebeu Menção honrosa no 10º Concurso Tamoios de Textos de Escritores Indígenas, da FNLIJ e Instituto Indígena Brasileiro para a Propriedade Intelectual (INBRAP). Esta última, ajudou a fundar nos 2000, com mais alguns advogados indígenas (CERNICCHIARO, 2018, p. 18).

Olívio Jekupé, batizado Olívio Zeferino da Silva, nascido em 1965 no Paraná, conta com mais de doze publicações. Atualmente, é Presidente da Associação Guarani Nhe’e Porã, e realiza palestras no Brasil e exterior divulgando seus livros. É de sua autoria o conceito de “literatura nativa” distinta da literatura indígena, uma vez que esta abrange uma produção realizada por indígenas e não-

indígenas. Por sua vez, a condição de ser “literatura nativa” engloba, apenas, escritores de origem indígena. Isto é, comunicam a representação do ameríndio por eles mesmos.

O interesse do mercado editorial pela literatura feita por escritores indígenas recebeu incentivo de Políticas públicas — a lei 11645/2008 e o PNBE (2015) — que delega as condições necessárias para que as obras adentrem os espaços escolares e circulem amplamente no país. Avaliar os procedimentos e intentos dos escritores Daniel Munduruku e Olívio Jekupé acerca dos procedimentos e ações para circulação de suas produções, bem como os impactos de tais estratégias governamentais para elevar esse nicho mercadológico e atender as escolas, configuram-se as propostas desse artigo.

### **A INICIAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA**

Daniel Munduruku é considerado um índio urbano, apesar de ter nascido na floresta e nela ter permanecido na primeira infância. Isso se deve a pouca convivência na aldeia Maracanã do povo Munduruku, localizada em Belém do Pará. Morou por um tempo na capital, depois em Manaus, no Amazonas, e aos 23 anos mudou-se para Londrina, em São Paulo, a fim de continuar os estudos. Nesta cidade, reside até hoje. Eurídice Figueiredo (2018), professora do Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos de Literatura – da Universidade Federal Fluminense, nos conta que na infância ele tinha vergonha de ser índio e isso o tornava infeliz.

A raiz de sua crise identitária é exposta em entrevista às professoras Cristina Ferreira-Pinto Bailey e Regina Zilberman (2014), advinda da política educacional do Regime Militar, que enquadrava os povos indígenas num ideal civilizatório de integração nacional para que pudessem deixar a condição de “selvagem”, atrasado e preguiçoso. Então, deveriam frequentar a escola para aprender o português e uma profissão, sobretudo, destruírem os vestígios étnicos de sua aparência, falares e espírito.

Nesses espaços escolares, à época da década de 70, nosso escritor sofria *bullying*. Conforme cita no primeiro capítulo intitulado “Raiva de ser índio”, do livro *Meu vô Apolinário: mergulho no rio da (minha) memória*, os colegas o chamavam de Aritana, motivo de muitas brigas entre eles. Talvez por causa disso, tenha nutrido o desejo de negar sua indianidade, quando se tornasse adulto (BAILEY; ZILBERMAN, 2014, p. 220).

Mas, algo profundamente relevante aconteceu para que pudesse restaurar seu pertencimento étnico. Ele relata, nesse mesmo livro, que as idas à aldeia para rever os familiares provocaram-lhe atitudes de enfrentamento contra o preconceito. Acerca disso, seu avô Apolinário, “curandeiro e sábio” (FIGUEIREDO, 2018, p. 216), se encarregou de lhe ensinar paulatinamente a filosofia indígena. Sendo assim, pôde alcançar maior compreensão e aceitação de sua etnia.

Tendo encontrado a força necessária para continuar os estudos, obtive o Ensino Fundamental e ingressou no Seminário Salesiano, de cunho religioso, onde passou seis anos estudando para se tornar padre. Advém desse período seu acesso ao universo literário:

Desde jovem sou um bom leitor. Devorei livros e livros durante meus anos de formação. Como as bibliotecas eram muito precárias, eu lia tudo o que encontrava em minha frente: de vida de santo a bula de remédios. Fui educado pelos salesianos e frequentei o seminário durante seis anos de minha vida. Sempre fui curioso e por isso aprendi a ler italiano folheando uma coleção sobre a vida de São João Bosco. Certamente por isso devo ter voltado meu olhar para a biografia dos santos e para livros católicos de um modo geral. Por outro lado, li bastante ficção científica, crônicas, gibis, fotonovelas e romance água com açúcar. Talvez tudo isso tenha me influenciado ou não (BAILEY; ZILBERMAN, 2014, p. 222).

Certamente, a leitura religiosa e dos textos que encontrava no caminho tenha contribuído para aguçar o gosto de Daniel Munduruku pela leitura. Acrescenta-se ainda um episódio cômico referido em entrevista a Bruno Molinero, veiculada à Folha de S. Paulo, em 2017, que ainda criança tinha o dever de organizar a biblioteca da escola garantindo também a limpeza do acervo. Certa vez, observou que não importava o cuidado em remover uma teia de aranha de determinada prateleira, ela ressurgia imponente no dia seguinte.

Intrigado, resolveu verificar qual livro a aranha preferia habitar. Era o clássico francês *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry. Foi despertado o gosto pela leitura. Aos 15 anos teve coragem divulgar entre os colegas de classe um texto que produziu a respeito da Páscoa. É nessa atmosfera de ressurgimento do pertencimento étnico, munido pelo apreço pela leitura, que ele adentrou a juventude.

A inserção na literatura se deu no período em que cursava ainda o Mestrado em Antropologia (não concluído), que o levou a voltar à sua comunidade depois de um tempo recluso para pesquisar sobre seu povo. No retorno, passou a ensinar na escola pública usando a ferramenta pedagógica “contação de histórias”. Em virtude da inquietação das crianças para ter essas histórias em mãos, sente-se desafiado a escrevê-las, já que ainda não haviam sido publicadas. O desejo inicial era de apenas lançar um livro, mas outros foram nascendo para nossa alegria.

Eis seu parecer a respeito do despertar para causa indígena pelo viés literário:

E foi ouvindo as histórias que meu avô contava que percebi o que os povos tradicionais podiam oferecer à cidade. [...] E isso me dá um alibi para usar as narrativas míticas para falar às pessoas com a mesma paixão com que o velho falava comigo. Acho que foi assim que surgiu em mim o interesse de narrar histórias para ajudar as pessoas a olharem para dentro de si mesmas, compreenderem sua própria história e aceitá-la amorosamente (MUNDURUKU, 2009, p. 14-16).

Aparentemente, Daniel Munduruku não tem um ritual específico para escrever um livro, mas podemos registrar suas opções comentadas numa entrevista ao programa Super Libris, em 2015, no

qual fala abertamente sobre a literatura de autoria indígena, os desafios e conquistas, e seu estilo literário. Segundo ele, escreve em todos os lugares (hotel, avião, ponto de ônibus) contanto que tenha um *leptop* à disposição ou bloco de notas, isso para que as ideias não escapem de sua memória. Além disso, mantém-se atualizado para evitar o lugar comum. Infere-se que ele não deixa de aprimorar sua escrita.

No catálogo comemorativo dos 20 anos de sua escrita literária, lançado no ano de 2016 pela UK'A Editorial, revela certa preguiça para escrever. Vejamos seu relato:

Eu gosto de escrever, mas confesso que sou preguiçoso. Aprendi na aldeia que não há nada de mais em ser preguiçoso... A preguiça nos dá a oportunidade de olhar ao nosso redor e perceber coisas que as pessoas que andam muito de um lado para o outro ou fazendo um milhão de coisas não conseguem ver. De qualquer forma, eu gosto quando a escrita vai nascendo dentro de mim e tomando forma no papel. É um momento mágico, criador. O pensamento vira imagem, vira palavra, ganha forma (CATÁLOGO, 2016, p. 6).

É referido em *O ócio criativo* (1995), entrevista realizada por Maria Serena Palieri ao professor e sociólogo italiano Domenico De Masi, a libertação da ideia tradicional (industrial) de trabalho obrigatório e exaustivo. Para, além disso, apostar num sistema de atividades em que se mescle o trabalho, estudo, tempo livre e diversão. Nesse sentido, a alegria e a satisfação pessoal cotidiana estimulam a criatividade, que por sua vez gera proporções intelectuais necessárias para o desempenho satisfatório da produção das ideias. Podemos exemplificar o que está sendo dito com novas estratégias brotadas para subsidiar etapas subsequentes.

Daniel Munduruku denomina esse ócio criativo de preguiça. Decerto, essa aparente pouca disposição para o árduo trabalho intelectual, inevitável na escrita literária, lhe confere o olhar atento para o que os demais não conseguem enxergar. Sendo que a escrita criativa é nutrida por esse tempo de ócio, comprovando a teoria do De Masi. Ele costuma também inventar histórias, prática descrita em entrevista à Marcia Caetano Langfe (2015):

Antes de começar a escrever eu já contava as histórias que eu viria a escrever. E isso me permitiu um raciocínio mais rápido para criar as histórias. Porque as histórias que eu escrevo não são apenas coisas que eu vivi na aldeia, mas também são criações minhas. Muitas histórias minhas são ficção. Eu acho sim, que o contador de histórias que mora em mim e que teve a experiência de contato direto com as crianças e jovens, inclusive como professor, foi o que me deu essa rapidez (LANGFE, 2015, p. 65).

Integrante da aldeia Krukutu, em Parelheiros, SP, Olívio Jekupé revela ser mestiço, com a mãe pertencente à etnia guarani e o pai baiano. Não demorou para as suas características físicas denunciarem a descendência indígena. A professora da UEMS, Francys Mary Rosa (2018), que tem larga pesquisa sobre a literatura produzida por este escritor, nos informa que o pai caminhoneiro o

levava para longe da aldeia. Cita Lisbôa, ao afirmar a proximidade dele com os indígenas da etnia Kaingáng ser decisiva para o conhecimento da situação indígena. Acrescenta que ele pôde estreitar as relações a partir do contato com a parentela, nesse caso, a vó materna.

No blog pessoal, intitulado *Literatura Nativa*, demonstra seu orgulho em não ser um índio legítimo, apesar de sofrer discriminações por parte da sociedade. Expõe também as dificuldades para ingressar e permanecer no curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), entre os anos de 1988 e 1990. Diante das limitações, na época, abandonou a academia, mas pôde regressar ao curso na Universidade de São Paulo (USP), em 1992. Mais uma vez não obteve êxito, por falta de recursos financeiros para custear os estudos.

Jekupé iniciou sua escrita literária aos 15 anos apostando no gênero poesia. Em relação à produção dos livros, afirmou em debate ao Flipzona (2013), quando perguntado de onde vêm as histórias que escreve, que quando seu filho era pequeno contava para ele dormir. Mas um dia as histórias “acabaram” e ele precisou inventar novas histórias. A partir daí, percebemos que as narrativas registradas por ele podem ter caráter ficcional também, não se referindo, apenas, aos contos tradicionais pertencentes a sua etnia. Vimos que Daniel Munduruku comunga tal proceder.

Nesse aspecto, Jekupé destaca a autonomia dos escritores indígenas em produzir suas obras com estilos diferentes. A memória ancestral ou a ficção do cotidiano estão sendo registradas, mas não de maneira semelhante. Porque cada escritor mantém seu estilo específico. Além disso, explicou em entrevista à Francélia Pereira (2015), veiculada à Revista Pindorama, o incentivo que dá para seus filhos publicarem desde cedo:

Os dois estão escrevendo, sei que eles são novos, mas desde pequeno eu conto histórias pra eles, e minha mulher também sempre contou, e nisso logo que eles aprenderam a escrever, não demorou muito tempo e os dois começaram a escrever, e os dois tem um livro publicado juntos, que se chama: *Contos dos curumins guaranis*, editora FTD, e o Werá Jeguaka Mirim tem um livro sozinho pela editora Panda Books, que se chama, *Kunumi Guarani*. Mas acredito que esse ano eles irão publicar mais algum livro. E para os meus filhos está sendo mais fácil, como as editoras estão abrindo caminho pra esse tipo de publicação, meus filhos entram com mais facilidade, eu vejo os textos deles e mando pras editoras e se gostarem aí eles publicam. Aliás, meu filho Werá Jeguaka Mirim ficou muito conhecido por fazer parte da abertura da copa e no momento ele estava com uma faixa escondida e que saiu no mundo todo, e a faixa estava escrito demarcação, foi um ato muito corajoso por parte dele que até eu fico emocionado quando vejo os vídeos na internet. Aliás, eles são os escritores indígenas mais jovens do Brasil, e quando eles assinaram o contrato pela primeira vez com a editora FTD, o Tupã tinha 11 anos e o Werá tinha 10 (PINDORAMA, 2015).

Ressalta-se que seu filho Werá, além de escritor, também é cantor de rap em guarani e tem seus trabalhos divulgados no Blog Literatura nativa. Jekupé projeta mais um representante da “literatura nativa” para o futuro, que dará continuidade à luta indígena. Provavelmente, não terá

tanta dificuldade para investir nesse ramo, a propósito do percurso dele, que contou à Rosa (2014) a dura labuta para alcançar o sonho da primeira publicação.

## O INVESTIMENTO NA PRODUÇÃO

Em 1996, Daniel Munduruku publicava seu primeiro livro *Histórias de Índio* pela Companhia das Letrinhas, depois de várias tentativas frustradas. Sobre essa questão, ele explicou em entrevista veiculada à Carta Capital (2011), que “lançar livro para criança da cidade com ótica indígena era difícil. Na época, era sempre antropólogo, escritor, historiador que escrevia sobre o índio, que não tinha voz nem vez no mercado editorial”.

Essa referência à literatura indígena, escrita por não-índio, aponta para uma tradição literária brasileira e internacional, incumbida de tematizar o indígena a partir do olhar colonizador, eurocêntrico, paternalista e com teor etnocêntrico. Lembremo-nos dos relatos de viagem quinhentistas, repositório da visão do bom e mau selvagem (Gonneville, Caminha, Thevet, Léry, Gandavo, Staden, entre outros); meros objetos de estudo dos filósofos para afrontarem suas sociedades civilizadas (Montaigne, Rousseau e Diderot).

A empreitada romântica, no século 19, de busca pela identidade nacional que extinguiu as populações indígenas do território brasileiro, ao idealizar um protótipo de índio submisso (Alencar); e quando denunciou seus agouros, lhes colocou na condição de vítima irremediável (Gonçalves Dias e Sousândrade); ganhou reforço com os estudos antropólogos que enaltecem a mestiçagem e também tentou pôs fim a existência indígena no Brasil (de Gilberto Freire a Darcy Ribeiro). Nessa dinâmica, a voz nativa permaneceu silenciada na esfera literária por um longo período pós-invasão portuguesa. Como vimos, somente a partir do século 20 que eles começam a registrar suas histórias.

A experiência de Olívio Jekupé, no mercado editorial, confirma a colocação de Daniel Munduruku sobre a dificuldade de o escritor indígena publicar na década de 90. Pouco antes, na década de 80, utilizava a estratégia de divulgação dos trabalhos em feiras de poesias e jornais universitários, e teve a primeira publicação, de maneira independente em 1999, com a obra *500 anos de angústia*. Ele nos fornece a seguinte contribuição para o debate:

Quando eu iniciei a escrever em 1984, eu não conhecia nenhum escritor indígena com livro publicado, aliás as editoras não davam muito valor sobre isso, e agora parece que está mudando essa mentalidade, pois as editoras estão publicando mais livros sobre o tema indígena<sup>32</sup>.

A dificuldade que esses dois escritores encontraram para publicar seus primeiros livros perdeu força a partir de 1997, com a criação do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) pelo Ministério da Educação (MEC), que muito embora tenha sido suspenso em 2015, o projeto

<sup>32</sup> CARAVANA MEKUKRADJÁ. “Olívio Jekupé: Literatura nativa escrita por índios”. Disponível em: <http://caravanamekukradja.blogspot.com/2012/10/literatura-nativa-escrita-por-indios.html> Acesso em: 03/07/2018.

incentivou, sobremaneira, o mercado editorial indígena pelas compras governamentais de acervos selecionados para as escolas públicas do país.

Desde então, os escritores indígenas têm publicado em diversas editoras renomadas (FTD, Martins Fontes, Editora Vozes, Global, etc.) e suas obras estão sendo traduzidas para outras línguas. Daniel Munduruku, por exemplo, contempla o interesse considerável por suas obras em vários países: 1) *Tales of the Amazon: how the Munduruku indians live* (2000), 2) *Cosa de índio: pueblos brasilños* (2005, Espanhol); 3) *El niño y el gorrión* (2008, Espanhol); 4) *Cose da índio* (2012, Italiano); 5) *Amazonia: indigenenous tales from Brazil* (2013, Inglês); 6) *Native brazilians* (2013, Inglês); 7) *Indianerlegendenaus Brasilien* (2015, Alemão); 8) *Extrait dans Revista Pessoa* (2015, Francês). A boa recepção de suas obras no exterior, o levou a se posicionar:

Eu nunca busquei que minha obra fosse traduzida, eu escrevo para o povo brasileiro, nunca tive muito interesse em atravessar as fronteiras. Mas, é fruto de uma literatura que tem boa aceitação dentro do Brasil, ela chegar em outros cantos. Já tive livros publicados em coreano (coisa espantosa, mas é verdade), livros publicados no México, Estados Unidos, Canadá, agora estamos preparando um na Alemanha, tenho um em italiano. E, agora, no francês (LANGFE, 2015, p. 65).

No caso de Olívio Jekupé, houve o engajamento nesse ramo com a publicação do livro *Indiografie*, na Itália. Quando tratamos dessa crescente expansão da cadeia produtiva indígena, é necessário alertar o caráter não capitalista das obras, por mais que venham conquistando espaço no mercado editorial brasileiro e estrangeiro. É fato que as editoras estão abrindo suas portas, porque nossos escritores escrevem com qualidade, conforme a declaração de Beth Serra, presidenta da FNLIJ: “Nós não endossamos o trabalho destes autores porque são indígenas, mas porque estão fazendo uma literatura de qualidade para as crianças” (LERRER, 2011). Demole-se, então, possíveis críticas por publicarem as obras nos moldes ocidentais e em língua portuguesa<sup>33</sup>.

Com efeito, esse tipo de literatura militante ou *literatura menor*, em referência aos filósofos políticos Giles Deleuze e Félix Guattari (1977), evidenciam que os grupos étnicos mutilados culturalmente e lançados ao processo de marginalização pelo processo de dominação colonial dão uma resposta ao centro, a partir da literatura, rebelando-se contra a ótica eurocêntrica sobre o mundo e a si mesmo. Nessa perspectiva, ousamos ao afirmar que a resistência, em não publicar na língua do colonizador e seguir os padrões da escrita acadêmica, limitaria o alcance dessa escrita, que também é revolucionária. Fica claro que os procedimentos descritos não são realizados em prol do ingresso na lógica capitalista de mercado.

Ao visitar a página virtual do Instituto UK'A — Casa de Saberes Ancestrais, gestada por Daniel Munduruku (diretor-Presidente), vislumbramos o seu termômetro solidário. Na parte reservada para

---

<sup>33</sup> Há, porém, livros que estão sendo escritos em língua materna para mediar o ensino nas comunidades locais. Citamos a *Ajuda do Saci* e *A mulher que virou Urutau*, de Olívio Jekupé.



a descrição do Instituto – Quem somos — é definido que foi criado por profissionais indígenas e não-indígenas, sem fins lucrativos. O escopo se volta para o âmbito educativo e cultural.

Essa proposta tende a fortalecer o conhecimento da Lei 11645/2008, que alterou e ampliou a Lei 10.639/2003 sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no Ensino Fundamental e Médio, passando a inserir no currículo escolar a temática indígena. Faz oportuno ressaltar que os colaboradores do Instituto não trabalham com a temática afro-brasileira, apenas a indígena, como veremos nos seus objetivos elencados a seguir<sup>34</sup>:

1. Promover a qualificação de gestores, educadores, estudantes para a aplicação consciente das leis que garantem a temática da história e cultura indígena no currículo escolar brasileiro;
2. Realizar e divulgar pesquisas, estudos e organizar documentação referente à temática Indígena e disponibilizar seus resultados ao público interessado;
3. Propiciar cursos presenciais e *on-line*, mesas-redondas, debates, seminários sobre a temática Indígena e publicar seus resultados;
4. Criar um espaço permanente de atendimento ao público para oferecer maior acessibilidade aos nossos projetos e programas,
5. Qualificar jovens indígenas para o exercício do magistério em área indígena oferecendo abordagens e metodologias diferenciadas.

Em síntese, o Instituto UK’A promove cursos para gestores e professores, eventos, debates, acervo e cursos *on-line*, saraus literários, lançamentos de livros pela própria editora, exposição, biblioteca de literatura indígena, convites para eventos culturais como o Encontro de Escritores e Artistas Indígenas, que ocorre anualmente no São do Livro, em RJ.

Na entrevista de Daniel Munduruku com Ana Carolina Cernicchiaro, preferindo intitular este Instituto de ONG<sup>35</sup>, afirma ter sido criada por ele, com o objetivo de promover a literatura indígena a partir de cursos mediados pelas redes sociais. Acrescenta que esse foi um dos caminhos encontrado para “dialogar com a sociedade brasileira” (CERNICCHIARO, 2018, p. 18).

O Instituto UK’A tem sua própria editora, UK’A Editorial, na qual encontramos, em pequena escala, a publicação dos seguintes títulos de Munduruku: *Mundurukando* (2010); *Mundurukando 2 - Sobre Vivências, Piolhos e Afetos. Roda de conversa com educadores* (2017); *Mundurukando Jovens/Adultos (s/d)*, e *Das coisas que aprendi* (2014). Convém mencionar a Editora Palavra de Índio, deste escritor, que também tem publicado algumas de suas obras, a exemplo de, *Sobre piolhos e outros afagos* (2010). Nela Olívio Jekupé publicou *Xerekó Arandu: Morte de Kretã*.

---

<sup>34</sup> As informações foram colhidas no endereço: <http://institutouka.blogspot.com/p/quem-somos.html>, acessado em: 03/07/2018.

<sup>35</sup> A página virtual Fundação Telefônica do Brasil nos fornece a seguinte explicação para ONG: “usualmente, vemos o termo “instituto” associado a entidades dedicadas à educação e pesquisa ou à produção científica. [...] No Brasil, o termo ONG – Organização Não-Governamental – refere-se a um tipo peculiar de organização. Trata-se de um agrupamento de pessoas, estruturado sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, tendo como objetivo lutar por causas coletivas e/ou apoiá-las”.

Efetivamente, o apoio solidário entre eles estabelece o ideal comum de fazer circular a memória ancestral afim de reconfigurar o imaginário coletivo. Além disso, não se verifica versões digitais (ebook) dos livros publicados, o que pode ser uma alternativa para diminuir os estragos da pirataria. Visto por outro prisma, parece-nos que há restrição no acesso aos livros, uma vez que o e-book geralmente custa mais barato do que o livro impresso. Porém, o Instituto UK'A, por exemplo, oferece preços proporcionais e acessíveis ao público consumidor.

## **A DIVULGAÇÃO NO CIBERESPAÇO**

No texto “Comunidades Indígenas usam internet e redes sociais para divulgar sua cultura”, a jornalista Chris Bueno (2013) menciona que, a fim de apoiar a inclusão digital das comunidades indígenas, o Comitê para a Democratização da Informática (CDI), instituiu em 2013 o projeto Rede Povos da Floresta, que implantou pontos de acesso à internet nas comunidades do Amapá, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Para além disso, em 2010, o Centro de Inclusão Digital Indígena (Cidi) foi criado. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos que recebe doações de equipamentos de informática, novos ou seminovos, e oferece cursos de informática básica aos povos indígenas.

Inclui-se, entre outras opções, o portal *Índios Online* pautado na rede de diálogo intercultural, que inclui os povos Kiriri, Tupinambá, Pataxó-Hãhãhãe e Tumbalalá da Bahia, os Xucuru-Kariri e Kariri-Xocó de Alagoas, e os Pankararu de Pernambuco. Segundo Bueno (2013, p. 15), o projeto foi “desenvolvido pela ONG Thydewa, de Salvador (BA), com o apoio do Ministério da Cultura, da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) e com assessoria de um etnólogo alemão”. No portal é apresentada seção de notícias, as atividades desenvolvidas pelas etnias integrantes, um fórum e uma sala de bate-papo.

Verificamos também o projeto *Web Indígena*, considerado o primeiro site brasileiro em língua indígena. Ele foi criado pela comunidade Kaingang, situada na região metropolitana de Porto Alegre (RS), direcionado a trocar informações, postar notícias, comunicar e preservar a língua materna. Desta maneira, no livro *Ciborgues indígenas@s.br: a presença nativa no ciberespaço* (2012), a professora da UEMG Eliete da Silva Pereira, esclarece que as comunidades indígenas têm utilizado o ciberespaço a favor da reelaboração dos discursos sobre si.

Passam por um processo de inclusão digital, em que são usuários e ao mesmo tempo produtores de conteúdo. Assim, utilizam a estratégia de no espaço virtual, mediado pela internet, pressionarem o Estado para suas várias demandas (denúncia, preservação de território, defesa de direitos). O interessante é perceber que estão rompendo o isolamento em aldeias para através das redes, interagirem com o mundo contemporâneo e lutarem por suas causas junto ao governo.

A autora utiliza o conceito de mídia nativa para destacar as formas de potencialidades multimidiáticas dos povos indígenas. Desse modo, enumera a mídia nativa radiofônica, referente às rádios comunitárias; a mídia nativa audiovisual, que envolve a produção de vídeos pelos próprios indígenas; e a mídia nativa escrita, a saber, a alfabetização bilíngue, a escrita escolar, literária e digital.

É fruto da vertente mídia audiovisual a organização não-governamental Vídeo nas Aldeias, criada na década de 1980. Iniciativa pertinente por ser a primeira vez que os indígenas foram cineastas, uma vez que o cinema nacional brasileiro vem abordando a temática indígena desde a sua origem, em 1910, mas recheada de estereótipos.

A relevância desse projeto é descrita pelos professores Karliane Macedo Nunes, Renato Izidoro da Silva e José de Oliveira dos Santos Silva no artigo “Cinema indígena: de objeto a sujeito da produção cinematográfica no Brasil”, publicado em 2014, quando afirmam que os vídeos nas aldeias “deslocam os processos de produção das representações indígenas do exclusivo controle produtivo — técnico e tecnológico — e do consumo, pela sociedade envolvente, para as mãos dos próprios indígenas” (NUNES; SILVA; SILVA, 2014, p. 15).

No que concerne os nossos escritores, Daniel Munduruku e Olívio Jekupé, para se manterem em evidência, divulgam suas produções no ciberespaço (portais, blogs, redes sociais e sites). Ressalta-se que as editoras também fazem o marketing das suas obras em páginas virtuais, deixando claro que a divulgação não é somente responsabilidade do autor. Munduruku aposta no facebook, *Canal Daniel Munduruku — 20 anos de literatura*, Blog *Mundurukando* e o Portal *Instituto UK’A*; Jekupé tem o Blog *Literatura Nativa* e o facebook.

Para Munduruku, esse envolvimento do indígena com a modernidade tem assustado os brasileiros:

As pessoas esquecem que nós somos seres contemporâneos, eu sou contemporâneo, sou seu contemporâneo. Portanto, estou usando aqui um equipamento da contemporaneidade [skype]. No que isso vai me diminuir a experiência de ser quem eu sou? É claro que as pessoas imediatamente acham que ser índio, ou pelo menos do jeito que elas entendem, significa usar arco e fecha, sinal de fumaça, fumar o cachimbo da paz e ficar na floresta andando de canoa e etc. Elas não se dão conta que, em pleno século XXI, nós temos que ser pessoas do século XXI. Não podemos ser pessoas do século XVI. Salvar a nossa ancestralidade não significa abrir mão da nossa contemporaneidade. É uma forma de atualização, até, desse próprio conhecimento, dessa própria aventura de ser humano que o meu povo tem, que meu povo desenvolveu. E isso me permite inclusive ser um brasileiro melhor. Enquanto experiência e humanidade mesmo (CERNICCHIARO, 2017, p. 5).

É interessante observar, na reflexão do escritor, a emergência dos povos indígenas se “modernizarem”, mais especificamente, terem acesso ao aparato tecnológico comum as pessoas do

século 21. Permite-nos pensar também no que a Educação Brasileira tem feito para superar as barreiras do preconceito.

## **AS PRODUÇÕES INDÍGENAS NA ESCOLA**

O *Guia de livros didáticos para o Ensino Médio*, na versão PNLD 2018: Língua Portuguesa, traz um *corpus* de análise e uma série de critérios avaliativos que revelam o rigor do Ministério da Educação para aprovar doze obras, em 2017, que auxiliam o ensino e aprendizagem de língua portuguesa, no último ciclo do Ensino Básico, entre 2018 e 2021. O propósito é conceder ao professor informações de maneira concisa sobre os manuais didáticos aprovados para que possam escolher aquele que vai colaborar no desenvolvimento do trabalho em sala de aula. Eis parte da justificativa dada pela comissão organizadora:

Um docente, de posse de um bom material, pode formar centenas de estudantes preparados para os desafios políticos, econômicos e sociais com os quais se deparam as pessoas no exercício da cidadania na contemporaneidade. Para tais desafios, o domínio dos usos mais complexos da língua — seja para a leitura e escuta, seja para a produção de textos escritos e orais — é essencial (PNLD, 2018, p. 7).

Vemos claramente o objetivo de formação para a cidadania a partir da valorização do protagonismo juvenil nas esferas política, econômica, social e cultural brasileira. Nesse percurso, a apropriação da expressão e produção oral e escrita, bem como a escuta de textos são privilegiadas, e contempladas no livro didático.

Fica evidente que os “bons materiais” para o Ensino Médio precisam apresentar textos diversificados, que pautem temas relevantes e contemporâneos, de modo a aperfeiçoar os estudantes para se tornarem leitores qualificados, e produtores de textos em situações não cotidianas, a saber, “a literária, a científica, a jornalística, a publicitária, a do trabalho” (PNLD, 2018, p. 9). Constrói o raciocínio de que a aprendizagem da língua portuguesa requer a compreensão e construção mais abrangente não, apenas, de si mesmo, mas do mundo.

Em linhas gerais, o PNLD 2018, de Língua Portuguesa, orienta que os conteúdos a serem trabalhados no Ensino Médio devem prezar a análise linguística, levando em consideração tanto as variantes urbanas de prestígio como as variações linguísticas, com ênfase nas abordagens discursivas anunciativas da língua. E o ensino de literatura proposto estimula o contato, mediado pela compreensão e reflexão crítica de textos, em sala de aula, da tradição literária brasileira e em língua portuguesa. Advém, talvez, daí sua preocupação com a diversidade cultural do país:

É importante também que essa abordagem coloque a literatura como prática viva de pensar e construir a realidade atual, respeitando a diversidade de sujeitos e de culturas existentes no país, de modo a abranger, dentre outras, as literaturas afro-brasileira, indígena, das periferias urbanas e das diferentes regiões do país (PNLD, 2018, p. 9).

A aposta nos multiletramentos norteará o trabalho com textos que privilegiem o universo jovem. Ou seja, “gêneros próprios das culturas juvenis”, que envolvam debates sobre “sexualidade, identidade, gênero, relações étnico-raciais, participação política, a expressão pelas artes (músicas, dança de rua, grafites, etc.), formas responsáveis de se posicionar socialmente, entre outros” (PNLD, 2018, p. 10). Parte do princípio de que os jovens têm sua maneira singular de se perceber e estar no mundo, sendo isso fator preponderante no trabalho pedagógico com eles.

Essa opção, voltada para a perspectiva intercultural, demanda o interesse em incluir nos manuais as exigências jurídicas. Assim, a Lei 11645/2008 deixa sua contribuição também na produção de manuais didáticos não indígenas. O próprio PNL 2018 se interessa para que as obras aprovadas apresentem as adequações neste sentido:

A inclusão dessa perspectiva temática e de ensino enfatiza a pluralidade cultural de modo interdisciplinar, enriquecendo e imprimindo significado mais amplo à aprendizagem dos estudantes. Essas leis, frutos do reconhecimento da exclusão da história e da cultura afro-brasileira e das indígenas das dimensões educacionais oficiais, devem ser cumpridas a rigor, a fim de trazer para o ambiente escolar aspectos de uma história ainda pouco contada, livre das práticas reprodutoras da visão estereotipada, alimentada, há muito, pelo imaginário eurocêntrico presente em conteúdos da área (PNLD 2018, p. 11).

Não obstante essa colocação relevante, que busca a valorização da pluralidade cultural na Educação brasileira, a comissão teceu críticas aos manuais que insistem em não abordar de maneira satisfatória a temática de matriz indígena e afro-brasileira. Inclusive, trazer obras de autores indígenas, haja vista certa preferência pelas produções de autoria afrodescendente. Entretanto, nas resenhas críticas que disponibilizou, optou por não especificar tais obras sugerindo ao professor a tarefa de encontrá-las.

O capítulo produzido por Luís Donisete Benzi Grupioni (2001), “Índios: passado, presente e futuro”, divulgado nos Cadernos da TV escola, na versão *Índios no Brasil*, já apontava uma crítica aos manuais didáticos em relação à deficiência em tratar a diversidade étnica brasileira. De maneira geral, tendem a colocar os povos indígenas no passado, e não respeitar suas diferenças (neste caso, não diferem as etnias). Além disso, há uma disposição em elencar informações redundantes, que favorecem os aspectos comuns das sociedades indígenas, a exemplo de construírem canoas, usarem cocares, se enfeitarem e serem agricultores/coletores<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Gersem José dos Santos Luciano ou Gersem Baniwa (2006, p. 31), membro do movimento indígena e também doutor em Antropologia Social pela UnB, evidencia, em *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje* (2006), a importância de compreender os indígenas levando em consideração as especificidades de cada povo a qual pertencem. De maneira geral, se tratam como parentes, porque “compartilham alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global. Mas, segundo ele, cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual.” Tomamos como exemplo notável do que está sendo dito os escritores Daniel Munduruku e Olívio Jekupé, que assinam seus textos com o nome

O relato das oficinas realizadas pelas professoras Maria Aparecida Bergamaschi e Luana Barth Gomes (2012), em duas escolas públicas da rede municipal e Estadual de Porto Alegre, RS, que verificou como estava sendo o trabalho com a temática indígena nesses espaços, frisou a permanência da visão genérica sobre os indígenas.

Ao solicitar que os alunos desenhassem os povos indígenas, os resultados reincidiam em imagens estereotipadas, ora como *bom selvagem*, em meio a natureza, ora como um guerreiro equipado pelos instrumentos bélicos arco e flecha. Revelando assim, as representações construídas desde a infância, que não foram superadas por falta de informação acerca das singularidades dos povos indígenas contemporâneos.

As autoras assinalam que os professores comentaram ter ciência da lei de 2008, mas ainda não tinham sido instigados a fazê-la cumprir a rigor nas escolas. O livro didático também não fornecia subsídios satisfatórios:

Quando os professores foram questionados sobre o tipo de trabalho que realizavam em relação à temática indígena, muitos criticaram o livro didático e afirmaram que buscam conhecer como os povos indígenas vivem na atualidade. Porém, reclamaram a falta de informações e materiais, pois sem um estudo aprofundado o trabalho acaba sendo baseado nas suas experiências, ainda muito escassas em relação ao tema (BERGAMASCHI; GOMES, 2012, p. 58).

Não nos foi estranho ao realizar este ano, em que a lei 11645/2008 completa uma década, o mapeamento<sup>37</sup> do trabalho com a temática indígena nas escolas da rede pública, municipal e estadual, do município de Alagoinhas e Entre Rios, BA, termos encontrado o cenário de descaso semelhante ao relatado por Bersamaschi e Gomes (2012).

Sabe-se que o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), instituído em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), selecionou acervo de obras com a temática indígena destinada ao Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas do país. Ficamos perplexos ao perceber a existência de um mistério em relação ao destino dessas obras, já que não constam em boa parte das escolas pesquisadas, tampouco, há conscientização dos alunos.

---

da própria etnia. Há casos em que escrevem histórias de outros povos indígenas como o livro *Vozes ancestrais*, de Munduruku, que trata do conjunto de dez contos indígenas coletados por ele em diversas regiões do país. Recebeu, em 2017, o prêmio da FNLIJ.

<sup>37</sup> A pesquisa de campo foi requisito de avaliação parcial à disciplina Língua e Cultura Indígena, solicitada por mim nas aulas de Tirocínio Docente, sob a orientação do Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos. Segundo relatos, as escolas resistem em trabalhar a temática indígena de maneira eficaz e interdisciplinar, recomendando as bajulações do Dia do Índio (19 de abril). Para além disso, as graduandas do curso de Licenciatura em Letras Vernáculas, que já atuavam nas escolas, optavam por trabalhar com a temática indígena, apenas, vinculado à Literatura de Informação e Jesuítica, ao Romantismo e Modernismo. Portanto, numa abordagem literária que não contempla o indígena contemporâneo, em sua dimensão cultural, artística e política. Sendo assim, para diminuir a distância entre a teoria de conscientização e a prática, foi proposto a elaboração de uma sequência didática para fins específicos. Valeu-se do interesse em desafiar-las a incluírem, doravante, a literatura indígena e a representação do indígena contemporâneo nas escolas locais, por meio do trabalho individual ou coletivo (oficinas e projetos).

Para acirrar o debate, o PNBE, suspenso em 2015, foi substituído pelo Projeto Nacional Biblioteca da Escola Indígena, criado no mesmo ano, com edital que selecionou 25 obras de autoria indígena e não indígena para serem encaminhados às escolas, mas não teve os resultados divulgados até o momento. Nesse marasmo vicioso, uma saída possível, inclusive sugerida no (PNLD, 2018, p. 11), é transgredir o livro didático no trabalho individual em sala de aula:

A despeito da importância desses temas, ainda são poucas as coleções que os exploram, de modo a dar base a um trabalho consistente em sala de aula. Assim, recomenda-se que, ao usar o livro didático, os professores complementem suas práticas trazendo para o debate as temáticas que envolvam as culturas afro-brasileiras e indígenas, bem como incluam em seu acervo didático autores afro-brasileiros e indígenas, para além dos que já se encontram nas coleções aprovadas no âmbito do PNLD 2018.

Nessa perspectiva, dentre suas publicações, Daniel Munduruku (apud RIBEIRO, 2010) sugere o livro *Banquete dos Deuses: Conversa sobre a origem e a cultura brasileira* (2000) como suporte didático sob o qual os professores devem recorrer para diminuir o termômetro de preconceito contra os indígenas na escola.

Outro entrave no devir da temática indígena, nos espaços escolares, é a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) direcionada ao Ensino Fundamental, e em trâmites<sup>38</sup> para o Ensino Médio. O documento evidencia que disciplinas primordiais – História, Sociologia, Artes e Filosofia – para tratar a história, o modo de vida e as manifestações artístico-culturais indígenas terão pouca ênfase no currículo escolar. Uma vez que, inseridas nas “Áreas de conhecimento” podem ser ignoradas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada, a respeito do mercado editorial indígena brasileiro, nos levou a constatar a presença de empenhos coletivos e solidários. A efervescência desta cadeia produtiva é fortalecida pelos procedimentos eficazes de Daniel Munduruku e Olívio Jekupé para registrar a memória ancestral. Certamente, os investimentos nas produções decidem os novos rumos diante da atual paralisia em torno dos editais sobre a questão indígena. Contribuem, assim, no contorno das manobras do Estado que prejudicam o avanço da temática indígena na escola (o insucesso do PNBE Indígena, a BNCC).

---

<sup>38</sup> As audiências públicas começaram em 11 de maio, em Florianópolis (Santa Catarina), na região Sul. A segunda, prevista para 08 de junho, foi realizada em São Paulo (São Paulo) apenas no dia 21 após ser suspensa por conta de manifestações. A última audiência pública ocorreu, em 29/09, na grande Brasília (Distrito Federal) e abrangeu a região Centro-oeste do país. A cidade de Belém (Pará) sediou a discussão, no dia 10/08. No dia 05/07 ocorreu o debate em Fortaleza. A versão final da BNCC para o Ensino Médio proposta pelo Ministério da Educação (MEC) foi entregue em abril de 2018 ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Uma vez aprovada, deve ser implantada até 2020 em todas as escolas públicas e privadas do país mediada pelo suporte do Comitê Nacional de Implementação da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/publiteratorial/2018/ensino-medio-3a-audiencia-publica-da-bncc-acontece-em-fortaleza/>. Acesso em: 15 de jul. 2018.

Eles continuam “em movimento”, publicando, isto é, colocando a literatura a serviço da transformação do olhar dos brasileiros acerca dos nossos povos indígenas. E, apesar de na Educação tudo ser muito lento, como afirmou certa vez Daniel Munduruku (CERNICCHIARO, 2017), confiam à escola o potencial de ferramenta poderosa para aprimorar as futuras gerações no que concerne o debate sobre a interculturalidade. Nesse sentido, a voz ancestral que move o mercado editorial indígena brasileiro continua coexistindo mediada pelos atos de criatividade e resistência dos escritores.

No tocante ao cenário da Educação, questionamos a escassez da temática indígena, com livros didáticos que mal citam um ou outro escritor, sem ampliar o debate. A nova Base Nacional Comum Curricular também nos põe em alerta no quesito devir das discussões oriundas das produções dos escritores indígenas na escola. Como vimos, por meio dela admite-se o risco de minar os avanços da legislação e políticas públicas em vigor, a exemplo da lei 11645/2008.

O sentimento que fica é de estarmos vivendo um tempo de retrocesso no debate sobre a diversidade, e por mais que as leis estejam em cena para serem cumpridas, nos parece que os profissionais da educação, e até mesmo o Ministério da Educação, fazem pouco caso delas. Mas, há um caminho possível do qual não pretendemos nos desvencilhar: a negação de uma escola elitista, que segregue ainda mais as minorias ao omitir o debate a respeito delas. Frente a modalidade de Educação Brasileira nos próximos anos, podemos transgredir os interditos e continuar defendendo uma práxis voltada para a reflexão sobre o preconceito e formas discriminatórias em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

- BAILEY, Cristina Ferreira-Pinto; ZILBERMAN, Regina. “Entrevista de Daniel Munduruku a Cristina Ferreira-Pinto Bailey e Regina Zilberman”. *Revista Iberoamericana*. v. LXXVI, n. 230, Enero-Marzo, 2010.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. “A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural”. *Cidade, Círculo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, jan./abr, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2018: língua portuguesa – guia de livros didáticos – Ensino Médio*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.
- BUENO, Cris. “Comunidades indígenas usam internet e redes sociais para divulgar sua cultura”. *Aldeia Global*, 2013.
- CATÁLOGO DE OBRAS DE DANIEL MUNDURUKU ATUALIZADO. “Edição Comemorativa pelos 20 anos de escrita literária do autor”. UK’A Editorial, 2016.
- CERNICCHIARO, Ana Carolina. “Daniel Munduruku, literatura para desentortar o Brasil”. *Crítica Cultural: Critic*, Palhoça, SC, v. 12, n. 1, jan./jun. 2017.
- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Sextante: Rio de Janeiro, 2000.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. “O que é literatura menor?” In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. Tradução de Série Logoteca.



FIGUEIREDO, EURÍDICE. “Eliane Potiguara e Daniel Munduruku: por uma cosmovisão ameríndia”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 53, jan./abr., 2018.

FLIPZONA. “De onde vêm as histórias? Com Olívio Jekupé e Ricardo Ramos Filho”. Disponível em: <https://flipzona.wordpress.com/2013/06/05/de-onde-vem-as-historias-com-olivio-jekupe-e-ricardo-ramos-filho/> Acesso em: 17/07/2018.

GLOBAL EDITORA. “Autores: Daniel Munduruku”. Disponível em: <http://globoeditora.com.br/autores/biografia/?id=1000> Acesso em: 29/06/2018.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. “Índios: passado, presente e futuro”. In: *Cadernos da TV Escola: Índios do Brasil*. Brasília: MEC, SEED SEF, Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

LANGFE, Marcia Caetano. “Daniel Munduruku”. *Revue Étudiante des Expressions Lusophones*. Réel, nº 0, octobre, 2016.

LERRER, Débora. “As histórias dos índios, por eles mesmos”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/as-historias-dos-indios-por-eles-mesmos> Acesso em: 29/06/2018.

LUCIANO, Gersem Luciano dos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MOLINERO, Bruno. “Era outra vez: Literatura infantojuvenil e outras histórias”. Disponível em: <https://eraoutravez.blogfolha.uol.com.br/2017/03/06/literatura-indigena-e-sempre-militante-diz-daniel-munduruku-leia-entrevista/> Acesso em: 29/06/2018.

MUNDURUKU, Daniel. *Meu vô Apolinário: mergulho no rio da (minha) memória*. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

NUNES, Karliane Macedo; SILVA, Renato Izidoro da Silva; SILVA, José de Oliveira dos Santos. “Cinema indígena: de objeto a sujeito da produção cinematográfica no Brasil”. *Polis [Online]*, 38, 2014.

PEREIRA, Eliete da Silva Pereira. *Ciborgues indígenas@s.br: a presença nativa no ciberespaço*. São Paulo: Annablume, 2012.

PINDORAMA. “O valor histórico da literatura nativa: entrevista com Olívio Jekupé.” Disponível em: <http://oliviojekupe.blogspot.com/2015/02/o-valor-historico-da-literatura-nativa.html> Acesso em: 29/06/2018.

RIBEIRO, Bruno. “Entrevista: Daniel Munduruku”. Disponível em: <http://consciencia.net/entrevista-daniel-munduruku/> Acesso em: 29/06/2018.

ROSA, Francis Mary. “A memoridade literária em Olívio Jekupé”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 53, jan./abr., 2018.

ROSA, Francis Mary. “Olívio Jekupé: etnia e tradição na escrita de um povo”. *Pontos de Interrogação*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2014.